

O sujeito-corpo professor: uma análise dos enunciados da Imprensa do Brasil Imperial

The teacher as body-subject: na analysis of press statements in Imperial Brazil

Lúcia Loreto Lacerda

Doutoranda em Linguística (PPGL/UFSC)

Instituto Federal Catarinense (IFC)

<https://orcid.org/0000-0001-8415-5269> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

Resumo: Situada na interseção entre a história da educação e estudos do discurso, a pesquisa coloca em suspenso enunciados sobre o professor, publicados em documentos, revistas e jornais de grande circulação na imprensa do Brasil Imperial. Esse período, marcado por intensas transformações políticas, sociais e culturais, teve um impacto significativo na organização do sistema educacional e da formação de professores. Trata-se de um momento histórico que sediou as primeiras leis educacionais e os primeiros tensionamentos travados entre a classe dos professores e o Estado. Neste contexto histórico e sob a égide da perspectiva arqueogenealógica, o estudo se dedica a mapear e analisar os discursos sobre o corpo-sujeito professor. O percurso metodológico desenvolveu-se em três etapas: a primeira envolveu o levantamento da materialidade discursiva, em revistas e jornais, na Hemeroteca Digital Brasileira, a partir do descritor “professor”; na segunda, demarcou-se o corpus de enunciados, definindo como locus de análise publicações que orbitaram a institucionalização da instrução primária; e, na última etapa, monumentalizou-se os achados discursivos e empreendeu-se um ensaio analítico, operando com conceitos de formação discursiva e relação saber-poder. A análise dos enunciados deflagrou regularidades discursivas que colocam em funcionamento discursos de desvalorização da docência – ofício e locus de trabalho - e uma ocupação do sujeito-corpo professor, ancorada nos domínios jurídico e do poder pastoral.

Palavras-chave: Brasil Imperial; professor; discurso; arqueogenealogia; poder pastoral.

Abstract: Situated at the intersection of the history of education and discourse studies, the research suspends and interrogates statements about the teacher, published in documents, magazines, and widely circulated newspapers of the Brazilian Imperial press. This period, marked by intense political, social, and cultural transformations, had a significant impact on the organization of the educational system and teacher training. It represents a historical moment that hosted the first educational laws and the initial tensions between the teaching profession and the State. Within this historical context and under the aegis of an archaeogenealogical perspective, the study is dedicated to mapping and analyzing discourses surrounding the teacher as a body-subject. The methodological path unfolded in three stages: the first involved surveying discursive materiality in magazines and newspapers from the Brazilian Digital Newspaper Archive, using the descriptor “teacher”; the second stage defined the corpus of statements, selecting as the locus of analysis publications that revolved around the institutionalization of primary instruction; and the final stage monumentalizes the discursive findings and engages in an analytical essay, operating with concepts of discursive formation and the knowledge-power relation. The analysis of the statements revealed discursive regularities that activate discourses of devaluation of teaching—both as a profession and as a workspace—and a symbolic occupation of the teacher body-subject, anchored in juridical domains and pastoral power.

Keywords: Brazilian Empire; teacher; discourse; archaeogenealogy; pastoral power.

Introdução

Na história da educação brasileira, o período imperial (1822-1889) constitui um momento crucial para a institucionalização do sistema educacional e para a formação de professores, caracterizado por um intenso debate sobre o destino da educação nacional. Segundo Saviani (2008), nessa época, ocorreram as primeiras iniciativas de organização do ensino público e a construção de um discurso oficial sobre a instrução, com vistas à modernização e ao progresso. A imprensa, nesse momento, serviu como um importante veículo de difusão de ideias políticas e culturais, fazendo circular visões específicas sobre a educação, a sociedade e o professor (Lustosa, 2000).

É sobre esse momento histórico de proliferação discursiva, no campo da educação, que lançamos luz sobre os discursos produzidos sobre o professor. Impulsionados por um contemporâneo marcado por discursos de ataques, sanções e tensionamentos que orbitam o corpo, a posição e a prática docente, deslocamo-nos para o período do Brasil Imperial e colocamos em suspenso discursos que circularam em documentos, jornais e revistas da época. Este gesto analítico dedica-se a descrever os acontecimentos discursivos e desnaturalizar práticas discursivas que engendraram relações saber-poder sobre o sujeito-corpo professor.

A imprensa, como um sistema de proliferação de discursos disciplinares, de vigilância e das resistências sobre/deste corpo, conjurou modos de ser, que demarcamos neste estudo como sujeito-corpo professor. O uso dos termos em composição se deve à compreensão do corpo como um lugar que produz e é produzido pelo discurso e como objeto de disputa do poder-saber. Esse modo de olhar aproxima-se de outras pesquisas que se valeram de movimento semelhante (Navarro; Miranda, 2021; Bertola; Navarro, 2022) e aventaram o uso da escolha semântico-discursiva sujeito-corpo. Entendemos que a composição sujeito-corpo professor pode ser produtiva no processo de suspensão de enunciados que se referem ao professor e para a análise dos discursos que operaram sobre a função sujeito e na subjetivação do corpo docente.

Feitas as demarcações, detalhamos a seguir o modo como organizamos o artigo a fim de cumprir o objetivo proposto: a primeira seção delimita o campo teórico e metodológico, apresentando os conceitos fundamentais para a análise dos enunciados, sob a perspectiva arqueogenealógica. A segunda seção dedica-se a descrever a cena histórica na qual foi realizada a escavação dos enunciados. Na sequência, explicita-se a composição do arquivo da pesquisa, realizada a partir do levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira. E, por fim, apresenta-se a análise empreendida das materialidades discursivas, seguida de considerações sobre os achados da pesquisa.

Escolhas teórico-metodológicas: de onde partimos?

Para empreender uma análise do discurso sob a ótica arqueogenealógica, é preciso delimitar, de saída, alguns conceitos operados pelo empreendimento analítico que se propõe a arqueologia: enunciado, acontecimento discursivo, domínios do saber, poder e discurso.

Para Foucault, o enunciado está além e aquém das coisas dadas. Ele “não é nem uma proposição, nem uma frase e nem um ato de fala. Ele não é o resultado feliz da existência de um sujeito e nem garante o acesso à verdade. Sua instância de aparecimento é a do jogo e a da relação” (Butturi, 2020, p. 215). Nesse sentido, o olhar não fica no que está posto, no que está dado, mas vai para os ditos, para o que é enunciado em sentido de dar conta das relações históricas que estão vivas no discurso. Significa tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria por trás dos documentos. Em seu livro “A arqueologia do Saber”, Foucault, ao tratar das regularidades discursivas, pontua que “gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas [...]” (Foucault, 2008, p. 54-55).

É preciso olhar para as condições de produção do discurso, em um dado contexto histórico, e perceber os regimes de verdade e as relações de saber-poder que estão em jogo. São esses os elementos que, segundo o autor, é preciso “fazer aparecer e que é preciso descrever” (Foucault, 2008, p. 55). A respeito do discurso como prática social e sua estreita relação com a produção de saber-poder, na obra “A ordem do discurso”, Foucault (2013, p. 9-10) sinaliza que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. O discurso não é solto e nem é livre. Como prática, o discurso está relacionado a um contexto histórico e social e as coisas só podem ser ditas se tiverem condições de emergência. Ele tem uma positividade, pois é produtivo e engendra relações de poder, que são objeto de disputa e desejo.

Nesse contexto, cabe olhar para o conceito de enunciado em relação ao discurso. O enunciado é um acontecimento e um conjunto de enunciados, ancorados na mesma formação discursiva, compõem o discurso. Analisar a materialidade da pesquisa olhando para os enunciados significa compreendê-los na sua emergência, no contexto de produção, em sua relação com dados domínios de objetos e sua repetição e relação com outras séries enunciativas. Nas palavras de Foucault (2008, p. 30) “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; [...] de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado”.

Nesse viés, descrever um enunciado significa dar conta de compreendê-lo nas condições de produção dentro de um dado momento histórico e um dado lugar, da

relação com um jogo de enunciados com os quais está correlacionado. É dizer de uma formação discursiva, ou seja, daquilo que pode ser dito ou não em um dado período. Para Foucault (2008), a formação discursiva é “o princípio de dispersão e de repartição” dos enunciados. Nesse jogo, cabe considerar as relações de poder-saber que operam sobre o discurso. “Nenhum saber forma-se sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento que são em si mesmo uma forma de poder ligada, em sua existência e funcionamento, a outras formas de poder” (Foucault, 2013, p. 15).

Sobre a relação poder-saber, cabe destacar que o poder é produtivo e atua sobre o corpo social, tanto no âmbito individual quanto coletivo. O discurso, nas condições de emergência e dispersão, é objeto de disputa de sujeitos e de campos de saber. O discurso é tratado como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55) e, por isso, objeto de disputa. Poder e saber estão imbricados e se implicam mutuamente.

Nesse percurso de análise, tensionamos o conceito de subjetivação que diz respeito ao processo que constitui formas de ser-sujeito, dentro de uma historicidade, a partir das práticas discursivas, que engendram e são engendradas por relações poder-saber (Foucault, 2012a). Os discursos são práticas que produzem subjetividades, corpos e formam objetos. Tornamo-nos sujeitos na relação com determinadas práticas discursivas que colocam em funcionamento determinados regimes de verdade.

Dessa forma, a análise arqueogenealógica envolve um esforço de compreender e analisar a relação dos enunciados e as práticas discursivas que operaram na constituição da identidade do professor no país, para tensionar os discursos em outras séries históricas. A arqueologia nos permite escavar os enunciados da imprensa no Brasil Imperial, buscando as regras de formação do discurso sobre o professor. Ela foca no “dito”, nos enunciados em sua dispersão e as formações discursivas que tornaram possíveis certos discursos e não outros sobre o professor. Por sua vez, a genealogia nos possibilita analisar como o poder-saber operou sobre o corpo e a conduta do professor, tensionando as relações de poder-saber que forjaram um modo de ser sujeito-corpo professor. Pelo viés da arqueogenealogia não ficaremos na superfície do que foi dito, mas olharemos para as estratégias de poder que atravessam os discursos no sentido de compreender como se instituíram, em uma historicidade, modos de ser professor.

Não há possibilidade de dar conta, neste empreendimento analítico, de toda uma gigantesca rede de discursos que compõe o arquivo em torno do sujeito-corpo professor. Em razão disso, este estudo se debruça sobre uma rede discursiva que circulou em revistas, jornais e documentos no período do Brasil Imperial. Tal recorte se dá por compreendermos que a institucionalização do ensino primário figura um acontecimento discursivo, em que se dá a emergência de discursos sobre a prática

docente, sobretudo no interior dos domínios político e religioso. É sobre o estrato discursivo do período histórico citado que nos ocupamos em escavar enunciados sobre práticas e modos de ser professor.

Nesse movimento, mobilizamos o conceito de acontecimento enunciativo, considerando que ele se dá pelas regularidades discursivas produzidas na zona de sobreposição dos enunciados, ou seja, na relação estabelecida entre grupos de enunciados. O que significa dizer que o processo teórico-metodológico da pesquisa, no que pese a configuração do arquivo, pautou-se na extração de enunciados, com base em dadas regularidades discursivas. Extrair o enunciado implica em compreendê-lo sempre “como um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2008, p. 31 -32). É a partir do conceito de enunciado, definido por Foucault, na obra *Arqueologia do Saber*, que o estabelecemos como o elemento de entrada para a escavação do arquivo. Gesto analítico empreendido para localizar as regularidades internas dos discursos.

O percurso analítico empreendido na seção a seguir, amparado pelo aparato teórico-metodológico foucaultiano, lança-se ao desafio de colocar em suspenso séries enunciativas que tomam o sujeito-corpo professor como objeto. Que enunciados podem ser extraídos dos discursos produzidos sobre o professor, em tempo do Brasil Império? Que domínios do saber e verdades foram postos em funcionamento a partir de determinadas práticas sociais que marcaram tal período histórico?

A cena histórica: para onde voltamos o gesto analítico?

Para Foucault (2013) a descrição do enunciado implica olhá-lo na sua produção e dispersão, dentro de uma historicidade e um determinado espaço. Neste sentido, dedicamos esta seção para descrever brevemente o contexto histórico, social e político que marcou a institucionalização do sistema educacional brasileiro e a formação de professores, período ao qual empenhamos esforços para escavar enunciados sobre o sujeito-corpo professor.

No período do Brasil Império (1822-1889), a educação refletiu profundas desigualdades sociais e políticas da nação recém-independente. Longe de ser um sistema unificado e acessível, a educação era fragmentada e elitista, marcada por influências externas e tentativas tímidas de reforma. O projeto educacional para o país estava subjugado aos interesses daqueles que ocupavam o poder na época, a saber, um grupo conservador composto por burocratas, proprietários rurais, comerciantes de alto prestígio e integrantes do alto escalão de funcionários públicos. Este projeto envolveu um movimento de implantação das escolas de primeiras letras (Lei de 15 de outubro de 1827) e a criação das Escolas Normais (Lei nº16 de 12 de agosto de 1834), a fim de dar condições para a concretização do propósito de educar o povo, sob a égide

do controle, ordem e disciplina, com o objetivo de torná-lo desenvolvido e civilizado, à semelhança das sociedades europeias.

Pela Lei de 15 de outubro de 1827, o império empreende a primeira iniciativa relacionada à instrução pública no país e decreta que “em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (Brasil, 1827, n.p.). Em relação à formação de professores, conforme a lei, os mestres e mestras que quisessem se candidatar às vagas seriam “examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação” (Brasil, 1827, n.p.). No que se refere ao método de ensino, a lei consagra a implementação do ensino mútuo, que já se encontrava em vigência no país. Conforme a lei, cabia aos mestres e mestras, que não dominavam o modelo de ensino, instruir-se na capital, sob as suas custas, em um curto espaço de tempo.

Para concretizar o projeto de implementar um sistema educacional, foi necessário atacar o ponto mais deficiente na época - a formação de professores. Em 1834, pela reforma constitucional, via Lei nº16 de 12 de agosto, o império atribuiu às províncias a responsabilidade de legislar sobre a instrução pública, à exceção das escolas superiores já existentes e outras instituições criadas pelo império (Tanuri, 2000).

É sobre esse cenário histórico e político, que marcou o início das primeiras investidas do Estado na formação de professores, que nos empenhamos a escavar, em meio a uma proliferação discursiva produzida na imprensa imperial, enunciados sobre o sujeito-corpo professor.

Discursos sobre o professor: da composição do arquivo à análise dos enunciados

A primeira etapa do percurso metodológico envolveu o tratamento dos documentos que circularam na imprensa no período histórico demarcado. Os quais, no contexto deste estudo, serão tratados como monumentos, ao modo como ensina Foucault. Monumentalizar os documentos implica olhá-los e descrevê-los na sua complexidade, nas palavras do autor, “na descrição intrínseca do monumento” (Foucault, 2008, p. 8).

O levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira, utilizando o descritor “professor” para o período de 1822 a 1889, resultou em um vasto conjunto de ocorrências. Para viabilizar a análise, foi necessário operar um recorte que priorizou os discursos diretamente vinculados à institucionalização das escolas de primeiras letras. Desse universo, delimitou-se um *corpus* final composto por sete documentos legislativos (leis, decretos e anais do parlamento), três artigos de revistas e seis matérias de jornais

de grande circulação, totalizando 16 documentos. A partir da dispersão e correlação dos enunciados extraídos dessas fontes, consideramos organizá-los, provisoriamente, em torno de três eixos de práticas discursivas: sujeito-corpo desqualificado, sujeito-corpo assujeitado e sujeito-corpo resistência.

Professor: Sujeito-corpo Desqualificado

Esta seção explora como o discurso da imprensa e do poder legislativo operou para constituir a figura do professor como um corpo desqualificado, uma entidade permeada por uma série de falhas, uma posição sujeito incompleta. A desqualificação, aqui, não é apenas a constatação de uma falta, mas uma prática discursiva que institui um regime de verdade sobre o professor. Sob a perspectiva arqueológica, essa desqualificação não é um acidente, mas uma peça fundamental na engrenagem de poder que buscava moldar e controlar a educação no Brasil Imperial. A partir da emergência dos enunciados, organizamos a discussão em torno de três eixos:

O Professor-Máquina, a espetacularização do ensino e a "Falta" de Espírito

O enunciado da Revista Brasileira (1879) que ridiculariza o professor como um "cérebro apto à função de espelho ou aparelho photographico" é central para a análise aqui empreendida. Foucault, ao falar dos procedimentos arqueológicos, nos ensina que os discursos não apenas descrevem, mas constituem "práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam" (Foucault, 2008, p.55). Neste caso, entendemos que o discurso que circula na imprensa produz a figura de um professor-máquina, um corpo desprovido de criatividade e inteligência autônoma.

O professor deve possuir primeiro que tudo o entusiasmo, a intrepidez, a fé de um propagandista. Sem estas qualidades elle será mais que inutil, será prejudicial. [...] Ha cerebros perfeitamente aptos á funcção de espelho ou aparelho photographico, e aos quaes é impossivel ver alem do objecto, conhecer-lhe a importancia, investigar-lhe o destino, a applicação, as relações. (Gama, 1879, p. 211).

A metáfora do "espelho" ou do "aparelho fotográfico" não é apenas uma crítica, mas uma prática de assujeitamento. Ela demarca um lugar para o professor, reduzindo sua função a mera reprodução mecânica de saberes. Aqui, buscamos em Deleuze e Guattari (2010), o conceito de "máquina", como uma conexão de fluxos, que produz ou corta fluxos. "Não é por metáfora que falamos de máquina: o homem compõe máquina desde que esse caráter seja comunicado por recorrência ao conjunto de que faz parte em condições bem determinadas" (Deleuze; Guattari, 2010, p.508). O professor-máquina, em nossa análise, constitui um arranjo onde o corpo e a mente estão

conectados para uma única função: a duplicação, a repetição do conteúdo previamente definido pelo império. Essa desqualificação intelectual retira do professor qualquer agência criadora, tornando-o um simples elo numa cadeia de transmissão de conhecimento.

O “entusiasmo, a intrepidez, a fé de um propagandista”, demarcam o modo de funcionamento da máquina-professor, que se ocupa em codificar o conhecimento, limitando o fluxo do pensamento aos regimes de verdade que operaram na proposta educacional do Brasil Império. A posição-sujeito professor é capturada pelo sistema educacional para servir a funções específicas: a repetição e a propaganda do Império. Ele é um corpo-máquina que apenas espelha, sem campo de possibilidade de criar conexões e relações outras.

A Moralização como dispositivo de controle

A desqualificação do professor não se limitava à sua capacidade intelectual. O trecho do O Novo Argos (1832) que acusa um professor de "ensinar doutrinas opostas á Religião do Estado" revela a extensão do saber-poder pastoral sobre o corpo docente. A moralidade e a religião se tornam critérios de qualificação, e a "imoralidade" se torna um fator de desqualificação profissional.

Consta-nos que certo Professor desta Provincia, (cujo nome não declaramos, por esperar-nos que se aproveite, desta nossa advertencia) tem ensinado doutrinas opostas á Religião do Estado, e axincalha os seus - dogmas! (...) Un Mestre sem Religião é uma fonte de imoralidade, que cumpre o governo prevenir. que ensina na sua aula publica a ir-religião, é a respeito de um Estado o mesmo que aquelle que propina o veneno ao corpo humano. (O Novo Argos, 1832, Ed. 129, p. 3).

Sob uma perspectiva foucaultiana, esse processo de moralização pode ser compreendido como um mecanismo de subjetivação. Através de dispositivos de poder operados pela religião, pela família e pelo Estado, o corpo do professor é assujeitado a códigos específicos de conduta. Esse agenciamento não se configura como um processo passivo, mas sim produtivo: ele produz um corpo docente que, para ser aceito e manter-se na profissão, precisa constantemente alinhar-se e submeter-se a essas forças.

Quer-se que “os mestres das escolas sejam de bons costumes e religiosos. Porque eles hão de ser os livros vivos, em que seus discípulos aprenderão os princípios de moral e religião” (Brasil, 1827, p. 1896). O discurso opera para produzir um professor que seja um “livro vivo” de bons costumes, e que a sua conduta seja um modelo para a sociedade. O professor é, assim, duplamente desqualificado: por sua falta de “habilitação” técnica e por sua conduta considerada desviante. O discurso do jornal, ao

ameaçar o professor com o "Tribunal", não apenas o vigia, mas o coloca sob a mira do aparelho de Estado que tem o poder de julgá-lo e expulsá-lo, reforçando a dependência e a vulnerabilidade da categoria.

Na relação professor-Estado, havia uma responsabilização do primeiro, no que se refere a manifestações políticas que não estivessem em consonância com os ideais do império. Publicado no *Correio da Tarde* -RJ (1850) o texto intitulado *Os professores primários*, manifesta preocupação com a difusão do socialismo e acusa os professores como os responsáveis. "O socialismo procura derramar seu veneno pelo Povo; e, entre os que estão encarregados d'essa tarefa, devemos contar em primeiro lugar os Professores primários" (Corsaire, 1850, n.p.). Havia um movimento de regular o corpo-político do professor, pois considerava-se que ele poderia ser "um imenso perigo para o Paiz" uma vez que eram "em geral apóstolos do socialismo, desorganizadores da ordem" (Corsaire, 1850, n.p.).

Nesse aspecto, observamos que os discursos sobre a moral do professor começam a conjurar relações de saber-poder em torno da docência e da formação de professores. No domínio da docência, surge um corpo de exames, fiscalização, sanções e penalidades sobre o sujeito-corpo professor, que na esfera disciplinar, tensionam relações com o domínio jurídico e o poder pastoral. Para Foucault, "a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios" (Foucault, 2002, p. 149). A institucionalização da educação no Brasil faz operar um corpo de técnicas disciplinares sobre o sujeito-corpo professor para atestá-lo como apto para a educação.

O corpo desqualificado como problema de estado

Os enunciados dos Anais do Parlamento Brasileiro (1827) e o trecho da Revista Popular (1859) mostram que a desqualificação do professor era um problema público, debatido no mais alto escalão político. Discursos sobre o lugar do professor ganharam centralidade no contexto problemático que assolava a educação no país.

Digamos também que até agora a classe dos instituidores era bem pouco respeitada. Fazia-se pois professor só aquelle que não tinha outro meio de vida e que, ás vezes, menos habilitações tinha para o magistério. (Revista Popular-RJ, 1859, n. 1).

O reconhecimento de que o professor era "pouco respeitado" e que a profissão era uma "má especulação" legitima a intervenção do Estado. Os exames públicos, nesse cenário, figuraram palco para a espetacularização do inquérito sobre o sujeito-corpo professor, na busca pelo professor-máquina. A regulamentação do sistema educacional no império, colocou em funcionamento práticas de exame, inspeção e

regulação da conduta docente. A Lei de 15 de outubro de 1827, instituiu as regras de seleção de mestres e mestras: “Art. 7º- Os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes em conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao governo para sua legal nomeação” (Brasil, 1827).

Os candidatos à docência eram submetidos a exames públicos, para avaliar seus conhecimentos, que ficavam a cargo dos presidentes das províncias. Eles, além de nomeá-los, assumiam a responsabilidade de definir o número de escolas, regular os ordenados, fiscalizar o trabalho do professor e das escolas e, desligá-los, mediante sentença judicial. Cabe demarcar que o cargo de presidente da província era ocupado por homens de confiança do imperador que pertenciam à elite social, a saber, aristocratas, políticos e advogados. A discussão sobre o exame de seleção de professores no parlamento, gerou um debate sobre as exigências que se cabia fazer aos candidatos. Os discursos marcavam os professores como sujeitos despreparados, demarcando prioridade a conduta moral, operando com os domínios jurídico e religioso. O exame estabelecido pela Lei demarcava que admitia-se somente professores “que estiverem no gozo de seus direitos civis e políticos, sem nota na regularidade de sua conducta e para mestras as mulheres brasileiras de reconhecida honestidade” (Brasil, 1827, p. 196).

O Estado, ao “exigir exames rigorosos”, estava não apenas regulamentando, mas criando um dispositivo de qualificação que reestrutura a categoria. Esse dispositivo, no entanto, opera sobre um corpo que já é considerado em falta – “haverá muito poucos ou nenhuns”- e “desgraçadamente” carente dos saberes, como indica o Sr. Xavier de Carvalho em suas considerações na sessão de 11 de julho de 1827.

Por um lado, o discurso do Estado produz o professor tanto como causa quanto como efeito do atraso da educação. Por outro, demarca o sujeito-corpo professor como incapaz e como a causa da falta de qualidade no ensino. A centralidade conferida à figura do professor concorre com enunciados que deflagraram a descentralização da educação primária- por meio da qual o império isentava-se de provê-la – e com a condição de marginalização em que se encontrava a formação de professores.

Além dos exames, a remuneração se tornou um dispositivo de controle da prática docente. Ela era definida dentro de um escopo de mínimo e máximo, conforme a avaliação realizada pelos presidentes de conselho. Cabia ao professor, quando considerasse a necessidade de aumento do seu ordenado, solicitar ao conselho. A definição do “ordenado” dos professores ficava a cargo dos presidentes das províncias que, em atos públicos, examinavam os candidatos. Cabia a eles, portanto, nomear os professores, “preferindo os de melhor conducta e instrucção” e determinar “os ordenados que devem vencer” (Brasil, 1827, p. 145).

Além da avaliação dos presidentes em conselho, a população manifestava-se sobre o desempenho do professor em relação ao valor que ele recebia. Cabe citar que era de responsabilidade do professor arcar com os custos da sua formação na capital e com as despesas de materiais para prover seu ensino.

Esse lugar marginal e desqualificado da profissão, foi reforçado por enunciados que deflagraram a escola como espaço deteriorado e ineficiente. O relato expresso no *Jornal O observador* descreve condições inóspitas que se encontravam algumas escolas, tais como: “terreno húmido bastante, a ponto de que no espaço de 15 minutos que ali nos demoramos conhecemos diferença em nossa saúde”. As quais colocavam em risco a saúde de alunos e professores: “e por isso o pouco que pode colher o menino n’esta escolla, caro lhe vem a ser, pois pagará com a vida o tempo de sua pequeníssima intrucção, ou sahirá duente, e talvez fique um Cidadão inhabil para a Nação”. (*O Observador Constitucional-SP*, 1829, p. 57).

No domínio político, os enunciados que precarizavam a escola, não apenas se reforçaram, mas também se articularam àqueles que desvalorizavam a profissão docente. Esses acontecimentos discursivos, se materializaram nas normas, no domínio das teorias educacionais e no modo de ser professor. Para Foucault, o acontecimento discursivo “não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito” (Foucault, 2013, p. 54).

Assim he que o Professor para logo se desgosta do seu magistério, e todavia não lhe he possível deixal-o por outro; repugna-lhe o trabalho material para o qual já não he mais próprio; desperta-se então em sua alma o sentimento de ódio contra a Sociedade, onde lhe parece que os homens não ocupam o logar que deveriam ocupar. Lança os olhos sobre os filhos familias que contempla ricos e considerados, posto que saibam, algumas vezes, menos do que ele. Cioso do Parocho, cuja situação humilde he superior á sua, torna-se seu rival e adversário; trata de destruir sua influência; censura uma falta de francez que lhe escapou n’um sermão, zomba da sua ignorancia em geometria! O Maire lavrador abastado, porém que apenas saber lêr, he também o objetcto de sua inveja e sarcasmos. (Corsaire, 1850, s.p.).

Essa desqualificação e a consequente regulação criam um domínio de saber sobre o professor, definindo o que ele deve ser, o que ele deve saber e o que ele não pode ser. Os discursos produzidos sobre a docência, colocam em funcionamento relações de poder-saber, operadas e articuladas não só pelo Estado, mas na capilaridade da ação da escola. De acordo com Foucault,

[...] se é verdade que essas pequenas relações de poder são com frequência comandadas, induzidas do alto pelos grandes poderes de Estado ou pelas grandes dominações de classe, é preciso ainda dizer que, em sentido inverso, uma dominação de classe ou uma

estrutura de Estado só podem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder (Foucault, 2012b, p. 226).

Ao analisar esses enunciados, vemos que a desqualificação do professor no Brasil Imperial não foi um simples fato, mas o resultado de um jogo complexo de forças discursivas, operadas pelo Estado, que moldaram um sujeito-corpo que fosse, ao mesmo tempo, funcional e controlável. Se a desqualificação discursiva criou o terreno fértil para a intervenção, a prática discursiva do assujeitamento concretizou os mecanismos de controle sobre o sujeito-corpo professor, transformando a 'falta' em submissão.

Professor: sujeito-corpo normalizado

Se a primeira seção demonstrou a desqualificação do professor, esta parte da análise mostra como essa desqualificação pavimentou o caminho para o assujeitamento do sujeito-corpo professor. O assujeitamento, na perspectiva foucaultiana, é o processo pelo qual o sujeito se constitui e se submete a certas formas de poder. O corpo do professor torna-se um alvo, um objeto de intervenção e controle, moldado por tecnologias disciplinares que visam à produção de uma subjetividade específica: a do professor dócil e obediente.

O corpo "desembaraçado" e o controle da vida privada

O enunciado do jornal Grito da Razão - BA (1825), que adverte os professores para que se mantenham "desembaraçados de negocios particulares, não se decirtão com jogos, e outros objecios que os afastão de suas obrigações" (Grito da razão - BA, 1825, p.2), é um exemplo claro da capilarização do poder sobre o corpo docente. O poder, aqui, não se limita à sala de aula, mas se estende ao espaço privado, ditando como o professor deve usar seu tempo e se comportar fora do ambiente escolar. O Jornal o Commercio, publica em 10 de janeiro de 1840, que "o unico meio que por agora achamos de dar bons professores he o de inquirir cuidadosamente quaes as occupaões, qual o comportamento do que preteuse qualquer lugar do magisterio, syndicar o que foi elle quando era discípulo, e qual a esphera de suas ideas" (Jornal do Commercio, 1840, n.p.).

Os enunciados sobre o professor regulam seu modo de conduta, que transcende a esfera educacional para adentrar o domínio da vida privada. A regulação e controle do sujeito-corpo professor operam-se por dispositivos regidos por discursos da esfera jurídica e religiosa. O processo de exame e fiscalização da boa conduta docente era regulado pelos representantes da Igreja e por juízes, que tinham o poder de emitir

documentação atestando que o comportamento do professor estava de acordo com as exigências do Estado e os pressupostos morais da Igreja.

Quanto à regulação da vida privada do professor, é possível considerar o poder disciplinar, proposto por Foucault. Para o autor, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (Foucault, 2002, p. 119).

O discurso da imprensa age como uma maquinaria que conecta o corpo do professor a um conjunto de normas de conduta. O professor é assujeitado a um modelo de vida austero e focado no trabalho, onde o “negócio particular” e o “jogo”, ou seja, o domínio privado, são considerados desvios perigosos. Essa prática discursiva produz uma figura de professor que não é apenas um profissional, mas um sujeito integralmente dedicado a uma importante missão. O corpo, em sua totalidade, é transformado em uma ferramenta de poder e dispersão discursiva do poder pastoral e do estado.

A conduta como requisito de profissão

O trecho do Projeto de Lei que autoriza os presidentes a nomearem professores “preferindo os de melhor conducta” é a institucionalização do assujeitamento. Aqui, a moralidade se torna um critério de qualificação. O poder de escolher e fiscalizar a conduta dos professores não é apenas uma exigência administrativa, mas um dispositivo de poder.

A regulação da conduta docente perpassava o domínio político. Havia uma regulação do pensamento político do professor, para que não se tornasse um sujeito de dispersão de ideias contrárias às do Império, podendo vir a tornar-se “apóstolo do socialismo”. Os documentos que regiam a instrução primária, consideravam a moral como pré-requisito para ingresso na carreira docente no serviço público. A prova da moral era concedida ao candidato mediante a apresentação dos seguintes documentos ao inspetor: “1º Folhas corridas nos lugares onde haja residido nos tres annos mais proximos á data do seu requerimento: 2º Attestações dos respectivos parochos” (Brasil, 1854, p.46).

O professor, para ser nomeado e manter seu cargo, precisa se autovigiar, alinhando sua conduta às expectativas do poder. A “conduta” se torna um domínio de saber que o Estado tem o direito de julgar. Isso demonstra que o saber não é neutro; ele está profundamente enraizado em relações de poder. A própria identidade do professor é moldada por essa constante avaliação moral e comportamental.

O professor como "livro vivo" e a produção de sujeitos morais

O enunciado do Sr. Lino Coutinho nos Anais do Parlamento (Brasil, 1827), ao afirmar que o professor deve ser "religioso e moral" e que "eles hão de ser os livros vivos", resume o processo de assujeitamento. O corpo do professor é transformado em um meio de produção de subjetividade. Essa afirmação revela um projeto de poder que transcende a transmissão de conteúdo. O professor é assujeitado a um papel que vai além do intelectual; ele é incumbido de moldar a moral e a religião de seus alunos.

É preciso pois que o mestre seja religioso e moral; para que o menino também o seja[...]. Quero portanto que os mestres das escolas sejam de bons costumes e religiosos. Porque eles hão de ser os livros vivos, em que seus discípulos aprenderão os princípios de moral e religião. (Brasil, 1827, p. 116).

Sob a perspectiva de Foucault, o poder não é apenas repressivo; é produtivo. Ele produz corpos, hábitos e, acima de tudo, sujeitos. O professor do Brasil Imperial é assujeitado a um modelo que visa à formação de cidadãos obedientes e moralmente alinhados com a ordem política do império e com os pressupostos preconizados pela igreja. Pela ação do professor, o poder conjurado pelo Estado e pela igreja era produtivo nas relações saber-poder tecidas na escola.

Professor: sujeito-corpo resistência

Se o poder é produtivo e se manifesta através de tecnologias de assujeitamento, a resistência, para Foucault, é uma contra-força que surge no mesmo lugar onde o poder opera. A resistência não é um ato heroico ou uma negação total do poder, mas uma prática enunciativa que questiona e tensiona os regimes de verdade estabelecidos. Os enunciados de resistência, embora minoritários no arquivo da pesquisa, são acontecimentos que abrem fendas no discurso dominante e revelam as contradições do sistema educacional do Brasil Imperial.

A denúncia como acontecimento político

Nos tensionamentos e discussões sobre a instrução nas escolas primárias, surge um enunciado de resistência, que consta nos Anais do Parlamento (1830). Ao denunciar a hipocrisia do governo que "com mão larga aumenta os ordenados dos grandes empregados quando deixa na miséria aos bons ser vidores", a fala irrompe como um verdadeiro acontecimento enunciativo.

Essa denúncia é um ato de resistência que coloca em xeque a própria economia política do Império. O discurso de resistência revela as relações de poder e saber que

sustentaram a miséria do professor. O professor, que antes era um sujeito-corpo desqualificado e assujeitado, passa a ser, por meio desse enunciado, um sujeito político que exige dignidade e questiona a lógica de privilégios da elite. A resistência se torna visível não apenas em atos de oposição direta, mas na própria capacidade de um coletivo de professores de nomear e denunciar as injustiças.

O Manifesto dos professores de Instrução Primaria da Corte (1871), irrompe no período imperial como um acontecimento discursivo. O posicionamento dos professores diante da sociedade, denuncia que a classe de professores vivia “oprimida, ludibriada, escarnecida e, o que mais é, humilhada pela injustiça com que os poderes do estado a apellidão constantemente de ignorante” (Lemos, 2011, p. 188). Coloca-se um outro discurso em funcionamento, em resistência as tecnologias disciplinares que regulava a prática docente e o sujeito-corpo do professor. O discurso dos professores critica a desresponsabilização do Estado ao denunciar as más condições de trabalho e a deterioração da reputação do professor perante a sociedade.

Temos até aqui soffrido resignados toda a sorte de injustiças. Agora porém, que a taça transbordou com a repulsa que acabamos de soffrer quando pedimos aos poderes do Estado que nos tirassem ao menos da miséria, tomamos a resolução de vir perante vós, que constituís o poder real da nação, articular as nossas queixas e pedir justiça, não por amor de nós, mas por amor de vós ! Sim, por amor de vós! Sois vossos filhos os prejudicados com a nossa humilhação! que sentimentos de dignidade lhes podemos inspirar no estado de abatimento em que nos achamos?! (Lemos, 2011, p. 188).

O discurso dos professores no manifesto opera em resistência a todo aparato de controle e normalização que incidia sobre o sujeito-corpo docente: desqualificação da profissão, condições de trabalho, remuneração baixa, exames e vigilância sobre a prática docente.

Dir-nos-heis que o governo creará uma inspeção vigilante! Sempre a humilhação! Pois bem, mandai-nos feitores, um para cada escola, se vos aprover! [...] Não vedes que, tratados os professores como escravos, só conseguireis moldar por elles uma sociedade indigna do século em que Viveis?! (Lemos, 2011, p.191).

A resistência dos professores produziu-se ante a realidade miserável em que se encontrava a educação, e, sobretudo, ante a visão que se tinha do professor e à responsabilização que se atribuía a ele pela qualidade da educação do país. “No Brazil, portanto, o professor é tudo e só por força do absurdo é que nada vale perante uma sociedade constituída como nós somos!” (Lemos, 2011, p.192). Reivindicavam a valorização docente.

Em última análise, a análise dos enunciados de resistência mostra que o corpo do professor no Brasil Imperial não era um mero receptáculo passivo das forças de poder. Ele era um campo de batalha, um espaço de disputa onde a docilidade e a resistência coexistiam. A resistência se manifestava de diversas formas: pela contestação aberta no parlamento, pela crítica velada na imprensa e por gestos de organização coletiva que buscavam escapar do controle e da moralização.

Os enunciados do *Manifesto dos professores públicos de Instrução primária da corte* (1871), revelam um corpo docente em movimento, ora sendo moldado e disciplinado pelo poder, ora se opondo a ele e criando fissuras nas verdades estabelecidas. Essa dualidade entre assujeitamento e resistência permite uma compreensão complexa das relações de poder-saber operadas na história do professor no Brasil. O manifesto deflagra, em detalhes, as condições de assujeitamento dos professores, bem como, demarca o acontecimento discursivo de resistência docente no Brasil. Trata-se de um discurso que irrompe da docilidade para a reivindicação da constituição de um campo que desse conta da formação de professores. Para tanto, dirigem-no à população e, mais especificamente, convocam os pais em seus discursos.

Algumas considerações...

O percurso analítico empreendido, orientado pela perspectiva arqueogenealógica, permitiu mapear as regularidades discursivas que forjaram o sujeito-corpo professor no Brasil Imperial. A escavação dos enunciados revelou a operação de três práticas discursivas fulcrais e interligadas: a desqualificação, o assujeitamento e a resistência.

Os discursos da imprensa e do poder legislativo, ao retratarem o docente como um "professor-máquina" ou como um profissional moralmente duvidoso, ignorante e incapaz, instauraram um regime de verdade que justificava a intervenção e o controle estatal sobre a categoria. Essa desqualificação foi a base para o assujeitamento do corpo docente, que se tornou alvo de tecnologias disciplinares que instauraram a espetacularização de exames e inspeções de professores. A moralidade, a conduta e até mesmo a vida privada do professor foram reguladas por um saber-poder que produziu uma subjetividade específica: a de um profissional dócil, obediente e integralmente dedicado à sua "missão". O professor foi, assim, transformado em "livro vivo", encarregado de propagar os valores morais e religiosos da ordem vigente.

No entanto, a genealogia nos mostra que onde há poder, há resistência. O terceiro eixo da nossa análise evidenciou que o corpo docente não foi um receptáculo passivo. A emergência de enunciados de resistência, como o *Manifesto dos professores*

de *Instrução Primaria da Corte*, demonstrou que a categoria não apenas se opôs à sua marginalização, mas se constituiu como um sujeito-corpo político capaz de nomear a opressão e denunciar a hipocrisia do Estado. O professor, que o discurso dominante queria como ignorante e submisso, irrompeu como uma voz que questionava a lógica de privilégios e reivindicava a dignidade profissional e o respeito da sociedade.

A recorrência desses enunciados demonstra que a história do professor no Brasil figurou um campo de batalha. As verdades produzidas no século XIX sobre o sujeito-corpo professor, sobretudo a exigência de moralidade e religiosidade como pré-requisito profissional, não se dissiparam com o fim do Império. Pelo contrário, elas ecoam e se reativam em séries enunciativas do contemporâneo. Ao deslocar nosso olhar para o passado, este estudo nos permite perceber que os ataques, as sanções e os tensionamentos que circundam o sujeito-corpo e a prática do professor hoje não são incidentes isolados, mas a manifestação de uma regularidade discursiva que sustenta um jogo de poder-saber com profundas raízes históricas.

Referências

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 11 de julho de 1827. Discurso do Sr. Lino Coutinho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22Professor%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1896>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 13 de julho de 1827. Discurso do Sr. Lino Coutinho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22Professor%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1925>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 18 de julho de 1827. Discurso do Sr. Lino Coutinho. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22Professor%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1978>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 15 de junho de 1830. Discurso do Sr. Carneiro da Cunha. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22Professor%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4793>. Acesso em: 12 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Côrte. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 2, p. 40-64, 1854.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 1-2, 1827.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, parte 1, p. 15, 1834.

BERTOLA, F. B.; NAVARRO, P. Sujeito-corpo-discurso violentado: uma análise de enunciados-sentença jornalísticos sobre o estupro feminino. *Revista da Anpoll*, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 211–228, 2022. DOI: 10.18309/ranpoll.v53i2.1798. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1798>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BUTTURI JUNIOR, A. Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 210-234.

CALOGERAS, J. B. Instrução. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 95-99, 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181773&Pesq=%22professor%22&pagfis=101>. Acesso em: 3 jun. 2025.

CORSAIRE. Os professores primários. *Jornal Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, n. 609, p. 1, 7 fev. 1850. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=616028&pesq=%22derramar%20seu%20veneno%20pelo%20Povo%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2350>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.

DO HOMEM SOCIAL. Independência, ou morte! *O Novo Argos*. Minas Gerais, Ouro Preto. 1832, Edição 129. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=759465&pesq=%22Professor%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=232>. Acesso em: 12 de jul. 2025.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Tradução: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. p. 218 -235.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002.

GAMA-ROZA, Dr. A educação Intellectual. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, anno 7, p. 211, jun./set. 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=139955&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2024>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GRITO DA RAZÃO. Escolas. *Grito da Razão*, Bahia, ed. 36, p. 2, 15 de julho de 1825. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749931&Pesq=%22Professor%22&pagfis=584>. Acesso em: 3 jun. 2025.

JORNAL DO COMMERCIO. Comunicado: A instrucção publica no Brazil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 8, 10 jan. 1840. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&pasta=ano%20184&pesq=%22inquirir%20cuidadosamente%20ques%22&pagfis=30. Acesso em: 3 jun. 2025.

LE MOS, D. C. de A. Manifesto dos professores públicos de instrucção primária da Corte (1871). *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 34, p. 171-191, maio/ago. 2011.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NAVARRO, L. M.; MIRANDA, C. A. “Tirem seus rosários dos meus ovários”: sujeito-corpo-discurso e práticas confessionais da carne. *Revista Eletrônica Interfaces*. v. 12, n. 3, p. 161–178, 2021. DOI: 10.5935/2179-0027.20210054. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6991/4931.


O OBSERVADOR CONSTITUCIONAL. *O Observador Constitucional*, São Paulo, ano 1, n. 15, 11 dez. 1829. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=814326&pesq=%22Professor%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=25>. Acesso em: 15 out. 2024.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

TANURI, L. M. C. A formação de professores de primeiras letras no Brasil Imperial. *Educação e Pesquisa*, v. 26, n. 2, p. 59-71, 2000.

NOTAS

AUTORIA

Lúcia, Loreto Lacerda
Doutoranda em Linguística
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Email lucynhalacerda@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-8415-5269>

Endereço de correspondência do principal autor

Rua São Mamede, 217
CEP: 88390-000
Barra Velha, SC, Brasil.